

DN+ Um ano de Pedrógão Grande

Um ano de pensos rápidos. Faltam medidas de fundo

Incêndios. Ainda há muito para fazer, dizem associações e partidos. Executivo reforçou combate, reconstruiu casas e apoiou agricultores

CARLOS FERRO

Um país mais exigente, com a população mais sensibilizada para a questão dos incêndios florestais. E uma resposta satisfatória da Provedoria de Justiça aos processos de indemnização aos feridos graves e familiares das pessoas que morreram nos fogos do ano passado em junho e outubro, que provocaram pelo menos 116 vítimas (uma das pessoas internadas em estado grave morreu na quinta-feira).

Estes três pontos são dos poucos em que a atuação do governo, ou entidades a que atribuiu responsabilidades, recebe elogios quando se fala da resposta às catástrofes do ano passado que além da centena de mortes provocaram cerca de 300 feridos e queimaram perto de 100 mil hectares de floresta.

As críticas ouvidas pelo DN são sobre vários temas: a falta de uma estratégia para a gestão da floresta nacional – cuja reforma foi aprovada há um ano, mas pouco avançou –, os atrasos na reconstrução de casas, nomeadamente de segunda habitação, e a reestruturação do dispositivo de combate aos fogos que não avançou.

Queixas que nem os dados avançados ao DN pelo Ministério da Administração Interna sobre os sistemas de prevenção de socorro disponibilizados (como os alertas por mensagem e o “oficial de segurança da aldeia”), o aumento de meios aéreos e humanos (além do reforço das equipas de companhias de intervenção de proteção e socorro da GNR, neste ano o dispositivo aéreo é maior, existindo permanentemente 17 que compara com seis do período 2013-2017), e os divulgados pelo Ministério do Planeamento sobre as casas já reconstruídas (157 em 261), investimentos aprovados para recuperar e reforçar infraestruturas municipais (15,4 milhões de euros) atenuam. E também não satisfazem

os agricultores as verbas já disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura que garante já ter apoiado cerca de 25 mil com uma verba total de 82 milhões de euros.

CDS quer explicações

No final da semana, o CDS-PP manteve as críticas que tem vindo a fazer ao governo e, pela voz da presidente do partido, Assunção Cristas, anunciou que tinha enviado ao governo mais de 80 perguntas, dirigidas a sete ministérios e ao primeiro-ministro. Entre as questões que decidiu destacar, Assunção Cristas começou pela exigência de saber “quantos portugueses

ainda se encontram sem acesso às telecomunicações” e a “que se deve a lista de espera em instalação apresentada nos relatórios da ANACOM sobre a reposição das comunicações nas áreas ardidas”.

O número de casas de primeira habitação que já foram entregues aos proprietários depois das obras e o prazo previsto para a entrega das 104 em fase de obra foram outras questões destacadas pela presidente do CDS-PP que quer também saber quantas casas de segunda habitação têm obras contratualizadas com os municípios. A limpeza das florestas foi outro dos tópicos apontados.

Preocupações que reúnem o consenso partidário e que ilustram, dizem os deputados ouvidos pelo DN, que num ano se devia ter feito muito mais.

“Além da questão das cativações às autarquias e da criação de zonas de servidão onde os agricultores não vão poder produzir, a questão das segundas habitações é outro ponto que nos preocupa”, adiantou ao DN o deputado João Dias, do PCR. Para este partido o Estado também devia comparticipar na reconstrução destas casas que “muitas vezes são de primeira habitação e não de segunda. Muitas estão a ajudar a fixar pessoas no interior e não as recuperar é contribuir para o despovoamento”, acrescentou João Dias.

Pensos rápidos

As medidas anunciadas pelo governo após um Conselho de Ministros extraordinário, em outubro (*ver textos ao lado*), pouco acrescentaram à necessária mudança na gestão da floresta e no planeamento de combate aos incêndios. Para algumas das pessoas ouvidas são “pensos rápidos”.

“O governo tem feito um esforço grande para ter os meios necessários. Houve um reforço dos meios humanos, do equipamento para as corporações de bombeiros, há mais



antenas móveis e sistemas de redundância. Mas, na perspetiva do Bloco de Esquerda, são medidas de apenas pensos rápidos, pois era preciso uma reestruturação do sistema de proteção civil e a sua profissionalização”, frisou ao DN Sandra Cunha. A deputada defende que “já se devia estar a trabalhar no longo prazo” no âmbito da proteção civil.

Também Telmo Correia (CDS-PP) acusa o governo de ter prometido apresentar uma lei da proteção civil e de até agora não o ter feito. “Há muitos aspetos estruturais que não foram resolvidos”, sublinhou, acrescentando que há uma constatação que tem de se fazer um ano após os incêndios de Pedrógão: “O país mudou. A exigência que há é muito maior. Percebeu-se que houve incúria e incompetência. As pessoas hoje estão mais exigentes.”

Luís Lagos, da Associação das Vítimas do Maior Incêndio de Sempre em Portugal, concorda com o deputado centrista na parte da mudança de mentalidades. “O país hoje está mais atento e exigente”, reconheceu, queixando-se de que os apoios aos agricultores não têm sido tão rápidos como seria expectável e até diz serem discriminatórios. “O se-

PROTEÇÃO

700 seguranças de aldeias

Os programas Aldeia Segura e Pessoas Seguras já estão em vigor em 700 aldeias dos 189 municípios onde existem localidades em risco no âmbito da defesa contra os incêndios. De acordo com o Ministério da Administração Interna foram identificados 350 locais de abrigo/refúgio e designados 700 oficiais de segurança da aldeia. Este elemento tem como função transmitir avisos à população e organizar uma eventual saída de emergência da localidade, tendo já sido elaborados 260 planos de retiradas de emergência. O Ministério da Administração Interna tem também feito a distribuição de kits de autoproteção pelas aldeias sinalizadas.

194

pedidos de indemnização

A Provedoria de Justiça deferiu 194 pedidos de indemnização apresentados por feridos com gravidade nos fogos de junho e outubro.

309

pedidos por mortes

Nos mais recentes dados divulgados pela Provedoria de Justiça foram aceites 309 pedidos de indemnizações referentes a 115 mortes.



O QUE FOI PROMETIDO

A 21 de outubro do ano passado o Conselho de Ministros aprovou um plano de intervenção com várias medidas com as quais se pretendia apoiar as populações, familiares de vítimas, feridos e alterar normas e procedimentos que eram seguidos até então, nomeadamente na área da proteção civil. Passados oito meses e várias promessas cumpridas, ainda existem muitas críticas

Reforma do modelo de prevenção e combate

» A forma como o combate aos grandes incêndios do ano passado foi bastante criticada e o governo comprometeu-se a alterar as estratégias, os sistemas de operações e de socorro, incluindo as estruturas da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Além de um caminho para a profissionalização de estruturas de socorro.

» Este é um dos pontos que mais críticas tem recebido e não só na Assembleia da República por parte dos deputados. Ao DN, Duarte Caldeira, ex-presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e antigo presidente da Escola Nacional de Bombeiros, frisou que falta fazer uma "reflexão ao que aconteceu nos incêndios de 2017. O que não foi feito". Acrescentou que só "foram tomadas medidas em resposta a situações de emergência". Opinião parecida tem a deputada do Bloco de Esquerda Sandra Cunha que defende a necessidade de se "profissionalizar todo o sistema de proteção civil e a sua reestruturação". O que ainda não foi implementado.

Apoio aos feridos e familiares das vítimas

» O governo garantiu que iria criar um procedimento extrajudicial para determinar as indemnizações por perdas e danos pelas vítimas mortais dos incêndios ocorridos entre 17 e 24 de junho e 14 e 16 outubro.

» A Provedoria de Justiça ficou encarregue de receber, analisar e encaminhar os pedidos que chegassem neste âmbito. De acordo com os dados mais recentes revelados pela provedora Maria Lúcia Amaral já foram analisados 194 pedidos de indemnização apresentados por pessoas que sofreram ferimentos com gravidade e 309 processos referentes a indemnizações a pagar por 115 mortes (65 em junho e 50 em outubro). Nestes últimos casos, o valor total deve rondar os 31 milhões de euros. A atuação da provedora mereceu elogios, como, por exemplo, o do deputado do CDS-PP Telmo Correia que frisou ter esta ajuda às vítimas e familiares



"corrido bem, pois a provedora trabalhou bem".

Limpeza

» Uma das decisões mais faladas foi a obrigatoriedade de limpar as bermas das estradas e os terrenos junto às habitações, com a GNR a ser chamada a fiscalizar se os proprietários estavam a cumprir essas indicações. Além de ter sido efetuada uma grande campanha de sensibilização para os perigos que esse mato representava.

» Nesta questão o governo diz ter conseguido resultados positivos. Segundo o Ministério da Administração Interna "a limpeza das faixas de combustível tornou-se uma prioridade da sociedade e proprietários, associações, autarquias, instituições públicas e empresas privadas mobilizaram-se nesta tarefa". O ministério liderado por Eduardo Cabrita recordou, em resposta ao DN, que a GNR levantou 146 autos de contraordenação devido à falta de gestão das faixas de gestão de combustível, tendo anulado 31 porque os donos dos terrenos limpavam os terrenos até 31 de maio. Este é, todavia, um dos pontos mais criticados, não só pelo prazo dado – inicialmente era 15 de março, tendo sido alargado até 31 de maio – como pela forma como foi feito. "As pessoas ficaram assustadas [com a possibilidade de serem multadas] e começaram a fazer cortes rasos. Estamos preocupados porque estamos a criar condições para termos matéria combustível que não tínhamos", frisou ao DN Maurício Marques (PSD).

"O que está em causa é o planeamento. Os incêndios mostraram que havia zonas bem tratadas e que também arderam. Semear eucaliptos de norte a sul do país é que foi um erro", acusa o deputado do PCP João Dias.

Ajuda às populações

» Em outubro, o governo anunciou que iam ser disponibilizadas linhas de crédito para apoiar os agricultores, reconstrução de habitações e incentivos para a criação de emprego. Recentemente o Ministério do Planeamento divulgou que já foram concluídas intervenções em 157 habitações e 99 estavam a ser intervenções concluídas com o apoio do fundo REVITA. No caso das empresas 49 já tinham os seus apoios aprovados.

» Neste ponto as críticas ao executivo têm sido várias: atrasos na aprovação dos projetos, a não inclusão de segundas habitações atingidas pelos incêndios no acesso aos fundos de recuperação de casas. No caso dos agricultores, a Associação de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Midos garantiu ao DN que ainda há muitos que não receberam apoios. O que é confirmado ao DN pelo deputado Maurício Marques (PSD): "Há muitas famílias e proprietários quer agrícolas quer florestais que ao fim de um ano ainda não tiveram apoios. Há muitos a viver em condições difíceis." Também Telmo Correia (CDS-PP) avança não ser "aceitável que ainda existam empresas e agricultores com apoios em atraso" passado um ano dos primeiros grandes fogos.



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, visitou várias vezes os territórios que arderam. No Dia de Natal do ano passado ajudou a plantar árvores

nhor ministro [Capoulas Santos] gosta de dizer que apoiou 20 mil agricultores, não é verdade. Apoiou 20 mil proprietários, o que é diferente. A nossa esperança está na negociação do próximo quadro comunitário de apoio. Portugal tem de defender a coesão territorial", concluiu.

Também Fernando Tavares Pereira, do Movimento Associativo de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Midos (Tábua), defende que os trabalhadores da agricultura deviam ser mais apoiados: "As pessoas estão desprezadas. O governo tem feito alguma coisa, mas nada do que diz."

Falta reflexão

Se no caso dos apoios à agricultura e nos investimentos para a recuperação da floresta existem críticas à atuação do executivo – "medidas foram tomadas a quente e muitas até podem ter efeitos contrários como o corte raso que se fez nas árvores e matas", alertou o deputado do PSD Maurício Marques –, também na área da proteção civil se reconhece que se apostou em decisões conjunturais em vez de se ter decisões estruturais.

"Faltou fazer uma reflexão alargada sobre um sistema de Proteção Civil em geral e dos bombeiros em

particular", começou por dizer ao DN Duarte Caldeira, ex-presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e da Escola Nacional de Bombeiros. "É verdade que há mais meios humanos e técnicos, mas isso resulta maioritariamente do alargamento da presença da GNR, embora com sacrifício do dispositivo nacional", acrescentou o presidente do Conselho Diretivo do Centro de Estudo e Intervenção em Proteção Civil.

Já o atual presidente da Liga dos Bombeiros lamenta que as pretensões da sua instituição não tenham sido atendidas. "Defendemos mais autonomia para os bombeiros, até para podermos ser responsabilizados pelas falhas. Continuamos com insuficiência em termos de equipamentos, viaturas. Ao fim de um ano, os bombeiros não receberam nada de novo", frisou, dizendo que está preocupado é com a falta de "planeamento e ordenamento da floresta."

Ou seja, são necessárias mudanças na gestão da floresta e na organização da proteção civil. Ou como disse ao DN Luís Lagos: "O que se tem estado a fazer são os primeiros socorros, a emergência. Quando o que precisamos é de um tratamento aprofundado."



abandoná-los agora seria abandonar um processo terapêutico a meio. O diretor do agrupamento, António Alves, tem um ponto de vista bastante claro: "Não me passa pela cabeça que este apoio seja interrompido. Tivemos aqui crianças a perder familiares ou a verem familiares ficar gravemente feridos. Houve até alguns que tiveram eles próprios de lutar para sobreviver ao fogo."

Os casos mais traumáticos são acompanhados pelos psicólogos do centro de saúde. "Mas não só as crianças precisam de ajuda. Os próprios professores precisam de apoio para encontrar ferramentas de apoio às crianças que estão mais vulneráveis", diz o professor Alves. Ao longo do ano, realizaram-se várias ações de formação so-

Francisco Pereira, 7 anos, na floresta queimada de Castanheira de Pera (à esquerda). "Lembro-me muito das chamas, eram muito vivas. E do barulho das explosões. Pum, pum, pum"

nossas atividades era fazer caminhadas na natureza. Mas o que hei de eu fazer com os miúdos se está tudo arido?" Olga Henriques, educadora do jardim-infantil, concorda: há menos saídas para o campo. "Este é um ano muito fora do comum."

O corpo docente do agrupamento tem reforçado a atenção sobre os alunos. "Batemos palmas quando eles fazem bem as coisas, tentamos reforçá-los positivamente, damos mais abraços. Estamos menos preocupados com os currículos e mais com o apoio afetivo", diz Olga.

Por outro lado relativizam a atenção que chega de fora. "A escola recebeu muitos brinquedos, as crianças têm convites para ir a Lisboa, para assistir a



bre como lidar com o trauma na infância. Para professores e para encarregados de educação."

Um ano atípico

O agrupamento escolar Bissaya Barreto é constituído por três núcleos e alberga 238 alunos, do pré-escolar ao 9.º ano. Tem duas unidades modernas, a escola primária e o jardim-de-infância, construídos em 2010, e tem a EB 2.3 de Castanheira, um edifício de 1968 onde as salas ficam gélidas no inverno. "Neste ano, pela primeira vez, ninguém se queixou do frio", diz a professora Fernanda Pais, que tem mais de 30 anos de casa.

É ela que lidera o Clube do Ambiente, onde 13 alunos exploram temas ambientais no horário extracurricular. No dia do incêndio, tinha vindo com um grupo de uma visita aos passadiços do Paiva. "Depois veio o fogo e a aflição de saber se os alunos estavam bem." O incêndio aconteceu um dia depois do fim das aulas. Só se respirou de alívio em setembro.

Neste ano, o Clube do Ambiente está com um problema. "A maior parte das

Catarina Medeiros (em cima) é a psicóloga clínica que tem rastreado as perturbações psicológicas nas crianças em Castanheira de Pera

No agrupamento de escolas Bissaya Barreto, em Castanheira de Pera, há agora duas psicólogas a tempo inteiro para acompanhar os alunos. Se esse apoio for interrompido no próximo ano, dizem, "daremos tudo por perdido"

jogos de futebol. E é muito importante saber gerir isso tudo", diz Catarina Medeiros, psicóloga clínica do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitiva-Comportamental da Universidade de Coimbra.

Catarina é a responsável pelo rastreio das perturbações psicológicas em Castanheira de Pera. Conseguiu que mais de 90% das crianças do concelho fossem despistadas. "Isolamento, insistência em falar dos mesmos episódios, voltar a dormir na cama dos pais depois de esse hábito estar perdido, aumento dos conflitos são normalmente sinais bastante óbvios de um potencial trauma."

Depois do diagnóstico, tem de vir o tratamento. "Agora passamos à segunda fase, a do diagnóstico rigoroso para que se possa avançar para uma terapêutica." A psicóloga sabe que poderão surgir novos problemas neste verão e ficará, como todos os profissionais da EPIS, em campo até setembro. A partir daí, a vida continua. Nenhum destes miúdos poderá esquecer o fogo da sua infância. Uma catástrofe é uma catástrofe e tem efeitos. A única coisa que as crianças podem fazer é saber crescer com ela.





DN+ Um ano de Pedrógão Grande

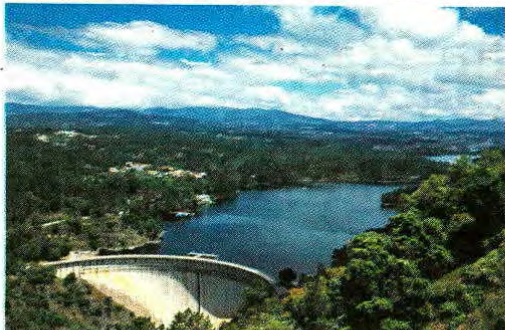


Praia das Rocas, em Castanheira de Pera, teve o seu segundo melhor ano, com cem mil visitantes (foto em cima)

Em baixo, vista do alto do monte da Nossa Senhora da Confiança, para o rio Zêzere e a barragem do Cabril

Isilda, Benilde, Isabel e António uniram-se para manter o turismo na aldeia de Ferraria de São João

Praia fluvial de Mosteiro, uma das mais bonitas da região. Fica no fundo de um vale e o fogo passou-lhes literalmente por cima



Aumento do turismo na região centro não chegou aos concelhos afetados pelos fogos

Visitantes. Centro registou maior crescimento em número de hóspedes e dormidas do que a média nacional. Mas maioria dos operadores das cidades e aldeias afetadas pelos fogos dizem que ainda não recuperaram

CÉU NEVES (Texto)
FILIPE AMORIM (Fotos)

O negro pinta os montes, as planícies e os vales da maioria dos concelhos do Pinhal Interior Norte. Aqui e ali uma aldeia com verde, sinal de que escapou à fúria das chamas do ano passado. Há árvores queimadas, troncos e ramos no chão, destroços e lixo por limpar. Permanecem as placas de sinalização queimadas, algumas que nem deixam adivinhar o nome da localidade. Rapidamente substituídas só as do IC8 e da N236-1, estradas que servem Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, e se ao centro do país os turistas chegaram em números recorde, a maioria das entidades e dos operadores turísticos das regiões mais ardidas dizem ter tido quebras nas no negócio.

Os incêndios de junho e de outubro de 2017 atingiram de forma mais significativa os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Sertão, Arganil, Penacova, Tábua, Viseu, Carregal do Sal, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela, Sever do Vouga, Pinhel, Seia, Lousã e Mira.

O DN pediu aos autarcas um balanço das consequências dos incêndios na procura turística. Remeteram-nos para os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que não apresenta valores por concelho. Com três exceções: Mira, Góis e Lousã, mas os dois primeiros não têm informação para 2017. Góis responde com os dados do posto de turismo: uma redução de 56,5% na procura em junho, julho e agosto (época alta), em relação ao período homólogo de 2016. Registraram um decréscio

ID: 75486540

17-06-2018

mo de 30% a nível de hóspedes e dormidas, sendo certo que 85% são nacionais. Já Lousã diz acompanhar a evolução positiva da região: o número de hóspedes aumentou 18%, o de dormidas 15%, e ainda abriram dez novas unidades de alojamento. Têm 35% de estrangeiros.

"O ano de 2017 foi pior do que os outros. Pode ter havido turismo solidário, mas isso nada traz à terra. Vêm à região com a mensagem de que estão a ajudar, usando os nossos recursos, sem gerar negócio. Turismo depende de as pessoas virem porque gostam de cá estar, usando os equipamentos que temos, as unidades hoteleiras ou os restaurantes. É o que a terra precisa, já precisava antes dos fogos." Palavras amargas de Luís Dias, dono da Trilhos do Zêzere, empresa de organização de eventos com sede em Pedrógão Grande.

Turismo de natureza

Luís Dias é o proprietário do bar e do restaurante Fugas na praia fluvial do Mosteiro, que abriu em 2005 e se distingue pelo enquadramento arquitetónico e paisagístico. A aldeia fica num vale, com casas de xisto, por onde corre a ribeira de Pera. O fogo passou-lhes literalmente por cima. A praia tem o equipamento necessário para um dia de descanso bem passado. "Na semana seguinte aos fogos estava tudo limpo, tudo pronto para as pessoas virem. Não vieram. Fazemos um turismo de natureza e perdemos isso. Sei que aumentou o número de hóspedes e de dormidas no centro, mas a região é muito diversificada, não é só a serra da Estrela, Coimbra e Aveiro, que não foram afetados pelos fogos. É preciso criar condições para que as pessoas nos visitem. Nem sequer substituíram as placas de sinalização, portanto, já vê..."

**"Quem vem
vem pela natureza.
Conseguimos
recuperar um pouco
em agosto, mas não
voltamos aos
números anteriores"**

FILÍPE MARIANO
DIRETOR DO HOTEL
DA MONTANHA



O número de hóspedes e de dormidas na região centro aumentou 14,7% no ano passado em comparação com 2016, quase o dobro do verificado em Portugal (7,5%). E, segundo o INE, manteve a tendência de subida no primeiro trimestre deste ano – crescimento de 11,27%, novamente superior à média do país, de 7,57% (ver entrevista).

O Hotel da Montanha, em Pedrógão Pequeno, fica no alto da montanha da Senhora da Conceição, banhado pelo rio Zêzere, com a barragem do Cabril e todos os desportos previsíveis num meio aquático. "Os fogos de junho deram uma facada na taxa de ocupação, com cancelamentos após os incêndios. Quem vem para cá vem pela natureza. Conseguimos recuperar um pouco em agosto, mas não voltamos aos números anteriores. Além de que tivemos de baixar os preços", diz Filipe Marino, diretor do hotel. Abriam em 2008 e o grupo tem mais duas unidades hoteleiras.

Enquadrado pela natureza, o hotel tem quartos e piscina panorâmica que, agora, dá para terra arida: uma parte em junho, outra em outubro. "Os turistas vêm para se divertirem e, até pela própria situação de tragédia, o ambiente que se vivia não era propício à diversão", reconhece. E o tempo não tem ajudado. Neste mês estão abaixo dos 30% de ocupação.

Ainda assim, houve quem visitasse a zona para ver os efeitos dos incêndios. "Tivemos aqui muita gente, sobretudo ao fim de semana, a perguntar onde era a "estrada da morte" [a N236-1, onde morreram 47 pessoas]", conta José Alberto, há 27 anos no restaurante Lago Verde, em Pedrógão Grande.

Na praia das Rocas, com areal e ondas artificiais, 2017 foi, no que ao número de visitantes diz respeito, memorável. "Tivemos o segundo melhor ano e com três semanas fechadas. Recebemos cem mil pessoas [124 mil em 2016], a praia é um exemplo de resistência", orgulha-se João Maria, um dos funcionários. Inaugurada em 2005, a praia está aberta entre junho e setembro.

Outra aldeia de xisto, que se ergue pela encosta até ao vale, já no concelho de Penela, Ferraria de São João esteve cercada pelo fogo. Uma associação de moradores, a que todos os 40 residentes estão ligados, reuniu forças para limpar e reflorestar os terrenos e não perder os turistas. Maria Isabel e António Assunção, Isilda Mendes e Benilde Vaz fazem questão de mostrar onde é a sede. "Nasci e criei-me aqui", conta Isilda, descrevendo onde comiam e dormiam. Parece impossível, são duas divisões minúsculas. A aldeia oferece aos visitantes os caminhos de xisto e de BTT. "Vem cá muita gente, com tudo organizado, chegam a vir autocarros cheios", contam os aldeões.

Pedro Machado "Crescemos o dobro de Lisboa"

Qual é a capacidade hoteleira da região centro?

Tem cerca de 40 mil camas e estamos com uma taxa de 55% de ocupação de média anual. No ano passado crescemos 14,7% e neste ano continuamos com um crescimento acima dos 10%, mais do que a média nacional. Estamos a crescer o dobro de Lisboa.

Significa que os fogos não afetaram o turismo na região?

É um dado contraditório, porque 2017 é o ano do grande impacto dos incêndios, junho com Pedrógão, outubro no resto da região. Estamos a falar de 44 municípios atingidos, cerca de 90 estabelecimentos afetados direta ou indiretamente [três com perdas totais]. Isso teve um impacto imediato nas reservas, sobretudo dos nacionais. Mas é muito curioso



Pedro Machado é presidente do Turismo Centro Portugal

ver como a região reagiu após os incêndios. Em outubro e novembro crescemos 20% ao mês em hóspedes e dormidas. No primeiro trimestre deste ano, a região cresce 16,4% em dormida de estrangeiros e 9,97% de nacionais.

Era já uma tendência?

Sim. Em 2016 crescemos praticamente 10%, em 2017 14,7% e neste momento, que é o nosso pior trimestre, crescemos 11,27%, o que significa que em 2018 teremos números superiores.

Muito turismo solidário?

Claro que houve um espírito de solidariedade, temos testemunhos fantásticos, mas deve-se ao aumento de turistas em Portugal, sobretudo de estrangeiros, e a região centro está numa boa posição. Fica praticamente paredes-meias com o Lisboa e Porto, beneficiando do turismo que entra pelos dois aeroportos. Somos uma região que não está tão massificada como Lisboa e o Algarve e com uma diversidade fantástica de produtos para responder às alternativas do city break. Temos os nossos produtos tradicionais, como o turismo religioso, quer o mariano quer o judaico, e oito selos UNESCO: Tomar, Alcobaça, Batalha, Coimbra, as Berlengas e o Geoparque Naturtejo. Temos cidades recreativas como Óbidos e Idanha-a-Nova. Com a vantagem de ter sol, neve, praia, montanha na mesma região, o que permite que sejamos cada vez mais um destino de família.

DN

Diário de Notícias



ESPECIAL MUNDIAL + 9 PÁGINAS
ARGENTINA CONTINUA A SER UM FARDO PESADO PARA LIONEL MESSI

Rui Miguel Tovar
Ronaldo, o hat trick e as noites brancas
Rogério Casanova
Declaração fiscal em triplicado
Joana Marques
Seguir o líder
Álvaro Filho
A cura da neymardependência

DOMINGO | 17.6.18 | WWW.DN.PT

Ano 154.^o
 N.º 54 479
 1,70 euros

Diretor Ferreira Fernandes Diretora executiva Catarina Carvalho
 Diretor adjunto Paulo Tavares Subdiretores Joana Petiz
 e Leonídio Paulo Ferreira Diretor de arte Pedro Fernandes

Jovens brasileiros querem vir para Portugal

Datafolha. Estudo publicado hoje pelo DN e o seu parceiro *Folha de S. Paulo* revela que 62% dos brasileiros entre os 16 e os 24 anos gostavam de abandonar o país. EUA é a primeira escolha, Portugal vem logo a seguir. **PÁGS. 38 E 39**



UM ANO DE PEDRÓGÃO GRANDE
"O FOGO DA MINHA INFÂNCIA"
E OUTRAS HISTÓRIAS **PÁGS. 6 A 11**

NOTÍCIAS MAGAZINE HOJE COM O DN
MAIS REPORTAGEM SOBRE PEDRÓGÃO

**NA GUINÉ GRITA-SE PELO BENFICA...
 E PELO SPORTING... E PELO PORTO...
 E POR PORTUGAL**

REPORTAGEM EM BISSAU DE
 LEONÍDIO PAULO FERREIRA E LEONARDO NEGRÃO, **PÁGS. 46 E 47**

PROVEDORA DE JUSTIÇA

Maria Lúcia Amaral

"Apesar do Simplex, a qualidade dos serviços de segurança social piorou"

ENTREVISTA DN/TSF PÁGS. 14 A 17

ALOJAMENTO LOCAL

Casa para férias na periferia já custa tanto como em Lisboa

PÁG. 19

ENTREVISTA A MUÑOZ MOLINA

Os dez dias que o assassino de Luther King viveu em Lisboa

PÁGS. 50 E 51

FRESCOS CONTINENTE



CONHEÇA A RAINHA

das festas populares a que ninguém fica indiferente!
 veja no interior

A NATUREZA TEM A NOSSA MARCA